



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

PROCESSO LICITATÓRIO nº 068/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO ELETRÔNICO nº 01/2025
QUADRO RESUMO

01 – CHAMAMENTO PÚBLICO ELETRÔNICO nº 01/2025.

02 – TIPO: Credenciamento

03 – ORGÃO DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Saúde – Sra. Gilcimara Pansani Nunes Barbosa.

04 – OBJETO: credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços na área da Saúde Ocular (consulta) e fornecimento de óculos de grau (armação e lente) para atender ao Projeto do Governo do Estado de Minas Gérias denominado “Miguilim”, conforme Resolução SES/MG nº 9.069 de 18/10/2023 e Resolução SES/MG nº 9.183 de 30/11/2023 para atender a Secretaria Municipal de Saúde.

05 – MODO DE DISPUTA: não há.

06 – REGIME DE EXECUÇÃO: empreitada por preço unitário.

07 – VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 167.538,88.

08 – DATA BASE DO ORÇAMENTO: tabela Programa Miguilim.

09 – AMOSTRA/PROVA DE CONCEITO: não será exigida.

10 – GARANTIA DE PROPOSTA: não será exigida.

11 – ME/EPP/EQUIPARADAS: não existem lotes/itens reservados e/ou exclusivos para empresas enquadradas como ME/EPP/EQUIPARADAS.

12 – PROGRAMA DE INTEGRIDADE: não será exigida a implantação de programa de integridade.

13 – PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO: 12 (doze) meses da assinatura do contrato.

14 – PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: prestação de serviços diários.

15 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO: atendimento aos requisitos de habilitação.

16 – PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS: até 03 (três) dias úteis antes da data de apresentação de interesse no credenciamento.

17 – APRESENTAÇÃO DO CREDENCIAMENTO PROPOSTA: até 30/06/2025, às 08:59 horas (horário de Brasília).

18 – ABERTURA DA SESSÃO: 30/06/2025, às 09:00 horas (horário de Brasília).

19 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br.

20 – VISITA TÉCNICA: facultativa.

21 – EQUIPE DE CREDENCIAMENTO RESPONSÁVEL:

Marciel de Paula Souza – Agente de Contratação; email: licitacao@frutal.mg.gov.br - telefone: 34-3423:2800

Endereço: Praça Dr. França – 100 – centro – Frutal/MG – CEP: 38.200-066

22 - LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA: Lei Federal n. 14.133/2021, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e Instruções Normativas da SEGES – Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

23 - INFORMAÇÕES: edital e anexos poderão ser obtidos gratuitamente nos sítios www.licitanet.com.br, <https://www.frutal.mg.gov.br>, www.gov.br/pncp/pt-br ou no setor de licitações, localizado no paço municipal ou via e-mail: licitacao@frutal.mg.gov.br.

Frutal/MG, 08 de maio de 2025.

Marciel de Paula Souza
Agente de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO ELETRÔNICO

CHAMAMENTO PÚBLICO ELETRÔNICO nº 01/2025

PROCESSO LICITATÓRIO nº 068/2025

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE FRUTAL**, Estado de Minas Gerais, **TORNA PÚBLICO**, que está aberto o **CHAMAMENTO PÚBLICO ELETRÔNICO nº 01/2025**, para o Credenciamento de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços na área da Saúde Ocular (consulta) e fornecimento de óculos de grau (armação e lente) para atender ao Projeto do Governo do Estado de Minas Gerais denominado “Miguilim”, conforme Resolução SES/MG nº 9.069 de 18/10/2023 e Resolução SES/MG nº 9.183 de 30/11/2023, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Anexo I do Termo de Referência e que será regido pelas cláusulas do presente edital, seus anexos, pelas normas das Leis Federais nº 8.080/90 e 14.133/2021.

O presente Edital poderá ser acessado e extraído na íntegra nos sites: www.licitanet.com.br, <https://www.frutal.mg.gov.br>, www.gov.br/pncp/pt-br ou no setor de licitações, localizado no paço municipal ou via e-mail: licitacao@frutal.mg.gov.br, e as dúvidas dirimidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Frutal/MG, no horário das 12h00min às 18h00min, de segunda-feira a sexta-feira, ou pelo e-mail: licitacao@frutal.mg.gov.br.

I – OBJETO

1.1. Constitui objeto deste procedimento o Credenciamento de pessoas jurídicas, objetivando a prestação de serviços na área da Saúde Ocular (consulta) e fornecimento de óculos de grau (armação e lente) para atender ao Projeto do Governo do Estado de Minas Gerais denominado “Miguilim”, conforme Resolução SES/MG nº 9.069 de 18/10/2023 e Resolução SES/MG nº 9.183 de 30/11/2023, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Frutal/MG, nas condições constantes no Termo de Referência, de acordo com a estimativa, a saber:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

Item	Descrição dos serviços	Serviço	Valor Unit. consulta	Quantidade	Valor total para 12 meses
1	Consulta Oftalmológica com avaliação clínica que consiste em: anamnese, aferição de acuidade visual, refração dinâmica e/ou estática, biomicroscopia do segmento anterior, tonometria, mapeamento de retina, teste ortóptico, teste de visão de cores, retirada de corpo estranho da córnea, atendimento às urgências oftalmológicas clínicas, hipótese diagnóstica e apropriada conduta propedêutica e terapêutica, incluindo a referência e contra referência aplicáveis. Códigos SIGTAP: 0301010072: Consulta Oftalmológica 0211060127: Mapeamento de retina; 0211060224: Teste de visão de cores; 0211060232: Teste ortóptico; 0211060259: Tonometria; 0405050259: Retirada de corpo estranho da córnea.	sv	R\$ 81,18	912	R\$ 74.036,16
2	CONFECÇÃO DE ÓCULOS COMPLETO - INCLUSO LENTE E ARMAÇÃO: Óculos completo, incluso lente e armação: *Características técnicas da lente: Lentes 1.56 Fabricadas com grade de graus entre (-10,00 a +8,00 Cil - 8,00) + antirreflexo, com filtro de luz azul, SuperHidrofóbico com 18 camadas de proteção e 1 ano de garantia contra defeitos de fabricação ou descascados no antirreflexo. *Características técnicas da armação: Armação, deverá ser fornecida em material Acetato total com hastes flexíveis com no mínimo 6 modelos diferentes sendo (3 modelos: Masculinos e 3 modelos: Femininos) para se ter a flexibilização de tamanhos diferentes no que diz respeito às diferentes faixas etárias entre 5	sv	R\$ 343,76	272	R\$ 93.502,72



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

<p>a 18 anos) dos usuários. Será de responsabilidade da empresa encaminhar os óculos com as conferências de grau devidamente corretas, sendo necessário apresentar um certificado/relatório/ticket ou cartão de comprovação da ótica terceira ou do laboratório. Qualquer eventual despesa que ocorrer com os óculos referentes a falha, montagem, erros e etc a empresa deverá se responsabilizar e realizar a reposição do produto. Para casos específicos, que foge do padrão comum e que são necessários o uso de lentes acima do contratado como 1.59/1.67 a empresa será responsável em arcar com média de 5% do volume total, mantendo o mesmo valor acordado. *A entrega dos óculos deverá ser realizada nos seguintes municípios: Lagoa Formosa, Patos de Minas, São Gotardo, João Pinheiro e Vazante. Contempla a prestação do serviço, a medição dos óculos, in loco, a qual deverá ocorrer no dia do atendimento médico, conforme data apresentada pelo Contratante. Acessórios obrigatórios: estojo e flanela apropriada para limpeza dos óculos.</p>				
VALOR TOTAL: R\$ 167.538,88				

1.2. Os interessados poderão pleitear o seu credenciamento na sua área de atuação, conforme item 1.1, preenchendo no Anexo III – Proposta Financeira, a especialidade e o quantitativo de consultas mensais que poderá disponibilizar.

1.3. Poderão participar deste Credenciamento Pessoa Jurídica, que:

a) Reunião profissionais da área de saúde oftalmológica visando as condições para o exercício de suas atividades;

b) Organize o trabalho dos profissionais, observando o Código Ética dos mesmos.

1.4. Os serviços descritos neste instrumento deverão ser realizados pelos(as) proponentes contratados(as) de acordo com as determinações da Secretaria Municipal da Saúde (SMS-Frutal/MG) e demais normativos do Projeto do Governo do Estado de Minas Gerais denominado “Miguilim”, respeitadas as rotinas adotadas pela SMS-MG, os procedimentos descritos neste Edital e seus anexos e o previsto no instrumento contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

- 1.5. Não será admitida cobrança de qualquer valor adicional ao usuário/paciente.
- 1.6. As consultas deverão ser realizadas nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o Termo de Referência e Resoluções do **Programam Miguilim** em anexo.
- 1.6.1. O horário de atendimento e funcionamento deverá ser compatível com as atividades das Unidades de Saúde.
- 1.7. A empresa credenciada deverá disponibilizar por meio eletrônico a produção dos procedimentos e exames, em layout/sistema definido pelo Município de Frutal/Secretaria Municipal de Saúde/Programa Miguilim.
- 1.8. A empresa credenciada deverá emitir relatório identificando as consultas, os procedimentos e exames, adequado, de acordo com a padronização a ser definida pelo Município de Frutal/ Secretaria Municipal de Saúde/Programa Miguilim.
- 1.9. A empresa credenciada deverá fornecer todos materiais, mão-de-obra, serviços, ferramentas, transporte, EPIs, uniformes e demais equipamentos necessários à execução do objeto deste certame.
- 1.10. Os serviços descritos neste instrumento deverão ser realizados pelas entidades contratadas de acordo com as determinações da Secretaria Municipal da Saúde (SMS-Frutal/MG) e demais normativos do Ministério da Saúde, respeitadas as rotinas adotadas pela SMS-MG, e os procedimentos descritos neste Edital e seus anexos, nas Resoluções do Programa Miguilim e o previsto no instrumento contratual.
- 1.11. A prestação dos serviços será coordenada e fiscalizada pela servidora **Sra. Naiane Ferreira Abi Rached, matrícula: 725301.**
- 1.12. A empresa credenciada deverá ter CNES, com os profissionais vinculados à Unidade e os serviços habilitados, conforme exigências do Ministério da Saúde/**Resolução Programa Miguilim.**
- 1.13. Inclui todos os segmentos e condições conforme tabela do Programa Programa Miguilim do Estado de Minas Gerais.
- 1.14 - A presente Chamada Pública terá o prazo de validade de **12 (doze) meses**, e os contrato(s) oriundo(s) deste processo terão 12 (doze) meses de duração, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, ocasião em que será adotado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no período.
- 1.15. As especificações dos serviços e aquisição contidas no termo de referência vinculam o participante, de maneira que a apresentação de requerimento de credenciamento implicará na plena aceitação, por parte do interessado, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.16. O valor total estimado da contratação é de **R\$167.538,88** (cento e sessenta e sete mil, quinhentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos) e os valores unitários são os indicados no Anexo II - Termo de Referência e tabelacima.
- 1.17. Será desclassificada a proposta financeira com valor por item ou global superior à tabela de preços em anexo.

II – PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar do credenciamento os interessados do ramo de atividade pertinente aos serviços credenciados que preencham as exigências de habitação e condições estabelecidas neste



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

edital e na Lei Federal n. 14.133/21 e que estiverem previamente cadastrados perante o provedor do sistema eletrônico da www.licitanet.com.br

2.2. A participação do interessado no credenciamento se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico da Prefeitura de Frutal/MG (www.licitanet.com.br), através de manifestação de operador formalmente designado.

2.3. O acesso do operador ao credenciamento para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do participante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a prefeitura, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor do chamamento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.5. Ao participar deste chamamento, o participante:

2.5.1. se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor do chamamento, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.5.2. se responsabiliza por acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo de chamamento, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão promotor do chamamento ou de sua desconexão;

2.5.3. se responsabiliza em comunicar ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

2.6. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta da “LICITANET” (www.licitanet.com.br), o participante deverá utilizar o suporte técnico através do telefone (34) 2512-6500 ou através do e-mail: forneecedor@licitanet.com.br.

2.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.9. Cada empresa credenciada poderá participar por meio de um único representante legal, devidamente cadastrado junto a LICITANET.

2.9.1. Entende-se por representante legal da empresa credenciada aquele a quem o contrato social/estatuto confere os poderes para representar a sociedade, inclusive no que se refere a outorga de procurações.

2.9.2. Na sessão os interessados poderão se fazer representar:

a) **diretamente** por um diretor ou um de seus sócios, proprietário ou dirigente com poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) **indiretamente** por meio de:

b.1.) PROCURAÇÃO PARTICULAR, assinada pelo titular ou sócio com poderes de gerência e COM FIRMA RECONHECIDA; ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

b.2.) PROCURAÇÃO OUTORGADA POR INSTRUMENTO PÚBLICO, assinada pelo titular ou sócio com poderes de gerência e COM FIRMA RECONHECIDA; ou

b.3.) CARTA DE CREDENCIAMENTO específica, assinada pelo titular ou sócio com poderes de gerência.

2.10. É vedado a qualquer pessoa física ou jurídica se cadastrar, no mesmo chamamento, como representante legal de mais de uma empresa, salvo nos casos de itens distintos.

2.11. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao credenciamento.

2.12. Será exigida do credenciado a documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.

2.13. Será vedada a participação, direta ou indireta, de interessado:

a) com falência decretada ou concordatária, salvo se em recuperação judicial e, neste caso, deverá ser apresentado o plano de recuperação.

b) descrito nos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133/21;

c) descrito no caput, incisos e parágrafos do art. 14 da Lei n. 14.133/21;

d) inidôneo para licitar ou contratar, assim declarado pela União, ou por qualquer Estado ou por Municípios e aqueles impedidos ou suspensos de licitar ou contratar com o Município de Frutal/MG;

e) cujo ramo de atividade não abranja a prestação dos serviços credenciados;

f) proibidas de contratar ou licitar com o Poder Público em virtude de condenação civil por ato de improbidade administrativa, constante no Conselho Nacional de Justiça;

g) que não estejam legalmente constituídas;

h) que não satisfaçam as exigências editalícias;

i) que possua em seu quadro diretivo ou societário e/ou entre seus dirigentes e responsáveis técnicos:

i.1.) Membro ou servidor do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Frutal/MG;

i.2.) Membro que integre esses quadros em outras sociedades contratadas pela Prefeitura do Município de Frutal para prestação de serviços de gerenciamento e fiscalização ou outros cuja execução, concomitantemente com a do objeto deste Edital, possa acarretar ofensa aos princípios que regem os atos administrativos;

i.3.) Cônjuge, companheiro ou parente até 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade, de membros ou servidores da Prefeitura do Município de Frutal/MG;

i.4.) Agente público da Prefeitura de Frutal/MG.

j) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do credenciamento, impossibilitada de participar de chamamento público/chamamento em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

k) pessoa física ou jurídica que atue em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que observados os procedimentos administrativos para a apuração de infrações e para a aplicação de sanções administrativas previstas neste edital e na legislação vigente.

l) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no credenciamento/chamamento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

- m) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- n) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- o) que não cumpram as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários;
- p) entidades do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil – OSC atuando nessa condição (TCU – Acórdão n. 2426/2020);
- q) pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória.

DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS EM REGIME DE CONSÓRCIO

2.14. Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e aquelas estabelecidas neste edital.

2.15. A empresa consorciada fica impedida de participar isoladamente deste chamamento, assim como de integrar mais de um consórcio.

2.16. A empresa consorciada deverá entregar, junto com os documentos de habilitação:

- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;
- b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital.

2.17. A empresa líder do consórcio será a representante e responsável por todas as comunicações e informações do Consórcio, e deverá subscrever o credenciamento, em nome do consórcio.

2.18. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de chamamento, quanto na de execução do contrato.

2.19. Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

2.20. O consorciado é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso que deverá prever:

2.20.1. Compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o de que cada consorciada responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto do chamamento;

2.20.2. Declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação ao chamamento e, posteriormente, ao eventual Contrato, até o final de sua execução;

2.20.3. Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência do órgão ou entidade contratante, até a conclusão dos trabalhos ou fornecimento que vierem a ser contratados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

2.20.4. Compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior que o prazo de vigência da contratação decorrentes deste chamamento;

2.20.5. Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

2.20.6. Compromissos e a divisão do escopo no fornecimento para cada uma das consorciadas, individualmente, em relação ao objeto do chamamento, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao fornecimento previsto.

2.21. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo de chamamento público que originou o contrato.

2.22. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

2.23. Em relação à habilitação econômico-financeira, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os participantes individuais, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 15 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS SOB A FORMA DE COOPERATIVA:

2.24. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar do chamamento quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto do chamamento referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

MICROEMPRESAS E ASSEMELHADOS

2.25. Serão concedidos o tratamento e benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas e empresas de pequeno porte, às sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei Federal n. 14.133/21 e ao microempreendedor individual -MEI, nos limites previstos na Lei Complementar Federal n. 123/2006 e equiparadas que comprovarem sua regular situação e conforme disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal n. 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

2.25.1. Considera-se como “equiparadas” o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007.

2.25.2. Para o exercício do direito de preferência e fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista, previstos neste edital, a condição de microempresa, ou de empresa de pequeno porte, ou de sociedade cooperativa, ou de microempreendedor individual -MEI, deverá restar provada documentalmente neste chamamento.

2.26. Caso o valor estimado do presente chamamento seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não serão aplicadas as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

2.27. A Administração Pública inabilitará, desclassificará ou rescindir o contrato, conforme for o caso e de acordo com a fase procedimental em que se encontre este chamamento, quando evidenciada a ocorrência de quaisquer fatos ou circunstâncias descritas nesta cláusula.

2.28. A participação no chamamento implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; bem a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

2.29. O participante do chamamento responde integralmente por todos os atos praticados no chamamento por seus representantes devidamente credenciados.

2.30. O envio da proposta vinculará o participante ao cumprimento de todas condições e obrigações inerentes do chamamento.

III – CREDENCIAMENTO

3.1. Os interessados encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, o requerimento de participação com indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, com a descrição detalhada do serviço que pretende prestar.

3.2. No requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar, o interessado deve também declarar que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que o requerimento apresentado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e os requisitos de habilitação.

3.4. O interessado enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.4.1. No caso de exclusiva participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no chamamento;

3.4.2. No caso de chamamento em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o interessado não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4.3. Caso o valor estimado do presente chamamento seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não serão aplicadas as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 sujeitará o participante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, no art. 299 do Código Penal e neste Edital.

3.6. Os participantes poderão retirar ou substituir o requerimento de manifestação da intenção de se credenciar inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem o requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar.

3.9. Para que microempresas, empresas de pequeno porte, microempresários individuais e sociedade cooperativas tenham o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006, no ato do credenciamento, deverão apresentar comprovante de tal enquadramento e obediências aos termos do art. 4º da Lei Federal n. 14.133/21 por todos os meios juridicamente idôneos.

3.10. A pessoa credenciada, por qualquer forma, deverá ter poderes específicos para:

- a.) manifestar-se em nome da proponente, inclusive ofertar lances;
- b.) desistir da interposição de eventuais recursos; e,
- c.) assinar contrato/ata.

3.11. Cada credenciado poderá representar apenas um participante.

IV – HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

4.1. A participação no chamamento dará por meio do sistema eletrônico denominado “LICITANET” no site www.licitanet.com.br no ícone “Área do Participante”, mediante digitação de *login* e senha pessoal e intransferível do credenciado.

4.1.1. As informações e/ou dúvidas de como incluir requerimento, documentos e participar do procedimento de chamamento podem ser sanadas pelo telefone (34) 2512-6500 ou através do e-mail: fornecedor@licitanet.com.br.

4.1.2. Para o efetivo credenciamento no sistema, o representante credenciado, deverá aceitar eletronicamente:

a) o “**Termo de Credenciamento**” possibilitando à Administração conhecer qual representante está autorizado pelo participante para participar do presente chamamento;

b) a “**Declaração de Habilitação**” informando que atende aos requisitos de habilitação exigidos no presente chamamento.

4.1.3. O participante enquadrado como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou equiparada deverá se identificar em campo próprio do sistema eletrônico, e declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.2. Caberá à participante interessada comunicar imediatamente, por escrito, ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24hrs (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

4.4. Para os fins do disposto neste item, considera-se **vício sanável**, entre outros, as seguintes medidas:

I – a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos participantes;

II - o desatendimento de exigências meramente formais e que não comprometam a compreensão do conteúdo;

III - aquele cujo defeito não altera a substância da pretensão ao credenciamento;

IV - a atualização de documentos vencidos após a data de recebimento dos requerimentos;

V – a juntada extemporânea de declarações firmadas pelo próprio participante; ou

VI – a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo participante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

4.5. A apresentação de requerimento de participação e intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas em edital e anexos, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto deste credenciamento nos seus termos.

4.6. Uma vez aberta a sessão pública não será aceita sua retirada, desistência ou substituição de requerimento de participação, cabendo ao participante a responsabilidade civil e penal pelo descritivo que apresentar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

4.7. O participante que retirar ou desistir do credenciamento será punido na forma estabelecida neste edital.

4.8. Os interessados que acudirem ao presente chamamento devem atentar ao horário da sessão, ao prazo fixado para entrega da documentação, pois eventuais atrasos, ainda que mínimos, não serão tolerados.

V – FASE DE HABILITAÇÃO

5.1. Inicialmente a comissão de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no chamamento ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) CCF: CADASTRO CENTRAL DE FORNECEDORES/CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL MUNICIPAL;
b) Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) ;

b.1.) Nos termos do §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021 antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP); a consulta consolidada de pessoa jurídica do TCU abrange o cadastro do CEIS e CNEP, assim como eventuais sanções aplicadas pela própria Corte de Contas da União e aquelas contidas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA).

c) Consulta de IMPEDIDOS, INIDONEOS perante o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

5.2. A consulta aos cadastros referidos no subitem será realizada em nome da empresa participantes e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal n. 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.3. Constatada a existência de sanção, a Comissão de contratação reputará a participante inabilitada por falta de condição de participação.

5.4. Caso a comissão de contratação identifique que uma pessoa física ou jurídica atua em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, deverá observar os procedimentos administrativos para a apuração de infrações e para a aplicação de sanções administrativas previstos no Decreto Municipal nº 12.985, de 08 de março de 2024.

5.5. Será verificado também se o interessado apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para a reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em sendo o caso.

5.6. Superada a consulta de que trata o subitem deste Edital, os participantes provisoriamente credenciados deverão encaminhar **OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E/OU NESTE EDITAL**, via sistema eletrônico, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado do chamamento da comissão de contratação.

5.7. O participante poderá deixar de juntar os documentos abrangidos pelo Cadastro Central de Fornecedores da Prefeitura – CCF, cuja regularidade será verificada por meio do Certificado de



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

Registro Cadastral (CERCA).

5.8. Caso faça uso da faculdade de que trata o subitem anterior, é dever do participante atualizar previamente a documentação constante do CCF para que estejam vigentes na fase de habilitação e possam ser comprovadas pelo CERCA, ou encaminhar, no prazo previsto no subitem 5.6., a respectiva documentação atualizada.

5.9. Para toda e qualquer situação e/ou exigência deste edital, seja para fins de credenciamento, como para fase de habilitação, o reconhecimento de firma só será dispensável:

5.9.1. se o cidadão/participante que assinou o documento apor novamente sua assinatura no referido documento na presença do funcionário público municipal durante a análise dos documentos de credenciamento; situação em que deverá se fazer presente no departamento de chamamento da prefeitura no mesmo prazo de duas horas assinalado para apresentação de documentos de habilitação.

5.9.2. se, assinado digitalmente, for possível aferir a autenticidade da assinatura eletrônica através de consulta ao respectivo certificado digital, ou ao QR-Code (Quick-Response = resposta rápida) ou ao código de barras.

5.9.3. o participante assume todos os riscos e responsabilidades advindos da indisponibilidade do sistema e da consequente impossibilidade de aferição de autenticidade de assinatura digital.

5.10. Para toda e qualquer situação e/ou exigência deste edital, seja para fins de credenciamento, como para fase de habilitação, a autenticação de cópia de documento só será dispensável:

5.10.1. se for possível a comparação entre a cópia e a via original pelo servidor público municipal, nos termos da Lei Federal n. 13.726/2018 e neste caso o participante deverá apresentar presencialmente a via original no mesmo prazo de duas horas assinalado para apresentação dos documentos de habilitação.

5.10.2. se a autenticação for digital e, neste caso, se for possível a aferição do código de autenticação digital.

5.10.3. o participante assume todos os riscos e responsabilidades advindos da indisponibilidade do sistema e da consequente impossibilidade de aferição do código de autenticação digital.

5.11. A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o participante às sanções previstas neste Edital, bem como aquelas descritas no artigo 299 do Código Penal e na Lei Federal n. 14.133/2021.

5.12. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

5.13. As exigências de habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

5.14. Para fins de assinatura do contrato/ata, os documentos exigidos para a habilitação das empresas estrangeiras que não funcionem no País serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

5.15. Se o participante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o participante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.16. Serão aceitos registros de CNPJ de participante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência de que trata o art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos participantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do chamamento;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento.

5.18. Para os fins previstos no subitem 5.17 deste Edital, não caracteriza como substituição ou a apresentação de novo documento a diligência realizada para:

I - sanar o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do participante;

II - a juntada extemporânea de documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo participante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado em momento oportuno.

5.19. A comissão de contratação poderá determinar a realização das diligências de que tratam os subitens deste Edital, mediante despacho fundamentado registrado em ata.

5.20. Os documentos exigidos em sede de diligência deverão ser apresentados no prazo e na forma fixados pela comissão de contratação, sob pena de inabilitação.

5.21. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

5.22. Compete à comissão de contratação verificar e julgar as condições de habilitação dos participantes provisoriamente credenciados, oportunidade em que deverá promover:

I – a conferência de documentos cuja autenticidade das informações possa ser verificada eletronicamente por meio de consulta ao site do órgão emissor;

II – a emissão na sessão pública de certidão atualizada nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e de entidades, que comprove a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista no momento da avaliação dessas condições de habilitação, independentemente da apresentação de certidão ainda válida pelo participante.

5.23. A emissão de que trata o inciso II do subitem 5.22. deste Edital fica dispensada na hipótese de indisponibilidade temporária dos sítios eletrônicos emissores no momento da sessão pública, impossibilidade de emissão de documento por meio eletrônico ou quando a sua emissão depender do pagamento de taxa pela Administração Pública.

5.24. Quaisquer das circunstâncias a que se referem os subitens 5.22 e 5.23 deverão ser registradas na ata de sessão pública e comprovadas no processo administrativo por meio de documentos.

5.25. Caso a emissão de novo documento de que trata o inciso II do subitem 5.22. indique a irregularidade fiscal e trabalhista do participante na data da realização da sessão pública, será declarada a sua inabilitação, salvo na hipótese prevista no subitem deste Edital.

5.26. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Comissão de



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

5.27. Na hipótese do participante não atender às exigências para habilitação, o Comissão de contratação o declarará inabilitado.

5.28. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o participante será declarado credenciado.

5.29. Qualquer participante poderá, **de forma imediata, após declarados os credenciados, manifestar sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas na fase de habilitação, sob pena de preclusão.**

5.30. Após a declaração do credenciado do chamamento, será concedido na sessão pública o prazo de 10 (dez) minutos para que qualquer participante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

5.31. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o quanto disposto neste Edital.

5.32. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o participante será habilitado e declarado credenciado no chamamento.

5.33. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento da Chamada Pública, até a decisão sobre a habilitação;

5.34. A verificação será certificada pela comissão de contratação, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada;

5.35. A Prefeitura Municipal de Frutal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação.

5.36. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a participante será inabilitada.

5.37. Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a participante será considerada habilitada e declarada credenciada no chamamento.

5.38. A comissão de contratação, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise da documentação, devendo as participantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

5.39. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, e na hipótese da inexistência de recursos, serão declarados os participantes credenciados pela comissão de contratação.

5.40. Após o encerramento da fase de habilitação a comissão de contratação disponibilizará no sistema, os documentos da habilitação apresentados pelos participantes declarados credenciados e aqueles oriundos das diligências promovidas em cumprimento aos subitens deste Edital.

5.41. Qualquer participante poderá, **de forma imediata após a declaração de credenciado no chamamento, manifestar sua intenção de recorrer em face das decisões proferidas na fase de habilitação, sob pena de preclusão.**

5.42. Após a declaração do credenciado no chamamento, será concedido na sessão pública o prazo de 10 (dez) minutos para que qualquer participante manifeste, de forma imediata, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer de que trata o subitem 7.12, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

5.43. O prazo e a forma de apresentação das razões recursais deverão observar o disposto neste Edital.

VI- DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES

6.1. No caso de desconexão da comissão de contratação com o sistema, no decorrer do chamamento, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às participantes para a recepção dos documentos.

6.2. Retornando a conexão da comissão de contratação ao sistema, todos os atos praticados pelas participantes junto ao sistema serão considerados válidos.

6.3. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a comissão de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato às participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, e a ocorrência será registrada em ata.

VII - HABILITAÇÃO

7.1. Não será necessária a apresentação dos documentos abaixo caso a participante já tenha apresentando-os na fase de credenciamento.

7.2. Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70, da Lei 14.133/2021, serão exigidos dos participantes os documentos que abaixo seguem e também aqueles descritos no termo de referência, os quais deverão ser encaminhados na forma e prazo fixados neste edital.

HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei Federal n. 14.133/2021)

7.3. Para fins de habilitação, os participantes deverão encaminhar, sob pena de sua eliminação automática os seguintes documentos:

- a) **VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA** da Cédula de Identidade em se tratando de pessoa física não empresária;
- b) Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
- c) **VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA** do Registro Empresarial na Junta Comercial, no caso de empresa individual;
- d) **VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA** do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão competente, acompanhado da última alteração, em se tratando de sociedade empresária, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores;
- e) **VIA ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA** do Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e o ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

7.4. Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

7.5. Eventualmente, cópia autenticada do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS), expedido pelo Ministério da Saúde ou Lei de Utilidade Pública federal, estadual ou municipal, quando instituições filantrópicas; os documentos tratados nesta alínea apenas condicionam a preferência da contratação, não sendo desclassificatório.

HABILITAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei 14.133/2021)

7.6. A participante deverá apresentar lista com os nomes dos profissionais relacionados à especialidade de participação da proponente;

7.7. A comprovação da capacidade técnico profissional da participante far-se-á mediante a comprovação de vínculo profissional em contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho com firma reconhecida, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

7.8. Os documentos comprobatórios do vínculo profissional devem ser apresentados em VIA ORIGINAL ou mediante CÓPIA AUTENTICADA.

7.9. O contrato de trabalho ou outros documentos que comprovem que a participante realizou a contratação de profissional autônomo deve conter o RECONHECIMENTO DE FIRMAS dos contratantes.

7.10. Cópia do Diploma de Especialização de cada Profissional listado;

7.11. Comprovante de inscrição junto ao Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (CRM-MG), de cada um dos profissionais de que trata o item 8.3.1.

7.12. Cadastro no CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (os profissionais deveram ter horas disponíveis para serem cadastrados como profissionais do Município de Frutal/MG);

7.13. A Proponente deverá atender todas as normas e regulamentações técnicas exigidas por lei, pelo Ministério da Saúde e por este Edital.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei n. 14.133/2021)

7.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda, comprovando situação ativa, ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), sendo aceito documento extraído via *internet*;

7.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste credenciamento, se houver;

7.16. VIA ORIGINAL da certidão conjunta negativa de débitos ou certidão conjunta positiva com efeitos negativos, obtida pela internet, perante:

a.) Fazenda Nacional, expedida pela Secretaria da Receita Federal (art. 195, § 3º da CF e art. 47, inciso I, "a", da Lei Federal 8.212/91) relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

a.1.) A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados. – Portaria MF 358/2014.

b.) Fazenda Estadual do domicílio ou sede do participante ou outra equivalente, na forma da lei, consistente na apresentação das certidões:

b.1.) negativa ou positiva com efeitos negativos de débitos tributários inscritos na Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado/Procuradoria da Dívida Ativa;

b.2.) negativa ou positiva com efeitos negativos de débitos tributários não inscritos na Dívida Ativa do Estado, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado.

b.3.) ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do participante, com FIRMA RECONHECIDA, sob as penas da lei.

c.) Fazenda Municipal consistente em Certidão Negativa ou Positiva com Efeito Negativo de Tributos Mobiliários da sede da participante;

7.17. VIA ORIGINAL de prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – art. 27 da Lei Federal nº 8.036/90), expedido pela Caixa Econômica Federal – obtida via internet;

7.18. VIA ORIGINAL da certidão negativa de débitos trabalhistas expedida pelo Poder Judiciário – Justiça do Trabalho (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, nos Termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943 – obtida via internet.

7.19. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste chamamento licitatório, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 44, da LC 123/06).

7.19.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte que, na data da sessão de abertura, **apresentarem certidões com prazo de vigência vencido não farão jus ao benefício de que trata do artigo 44, da Lei Complementar Federal n.123/2006, ou seja, não terão o direito de abertura de prazo para apresentação de nova certidão.**

7.19.2. O direito de abertura de prazo de cinco dias úteis para a participante apresentar as certidões negativas ou positivas com efeitos negativos aplica-se apenas às MEs e EPPs que tenham apresentado certidão com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista cujo prazo de validade esteja em vigência na data da sessão.

7.20. NÃO SERÃO ACEITAS quaisquer CERTIDÕES COM PRAZO DE VALIDADE VENCIDO, sejam elas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte.

7.21. A apresentação de certidões com prazo de vigência vencido importará na imediata inabilitação da participante e impedirá a concessão dos benefícios do artigo 44, da Lei Federal n. 123/2006.

7.22. Certidão negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, relativa aos últimos 5 (cinco) anos, expedida pelo distribuidor judicial da sede da participante, no máximo, 90 (noventa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

dias antes da data fixada para o recebimento das propostas, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

7.23. Na hipótese da certidão de recuperação judicial for positiva ou caso a participante tenha estado em regime de Concordata ou Recuperação Judicial, deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, prova de resolução judicial do processo (plano de recuperação judicial em vigor), emitida há menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para entrega da proposta, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

7.24. O participante, sob pena de inabilitação/desclassificação deverá apresentar declaração em via original ou cópia autenticada e com firma reconhecida que:

- a) se responsabiliza pela prestação dos serviços, pela observância das especificações técnicas, pela qualidade dos serviços, materiais e pela promoção de readequações, esta última sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;
- b) aceita e se submete às normas do presente edital;
- c) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- d) se responsabiliza pela qualidade e origem lícita dos serviços prestados;
- e) observa as normas relativas à saúde e segurança do trabalho;
- f) cumpre os termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, isto é, que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme Lei n. 9.854/99 (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- g) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- h) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- i) inexistente impedimento legal, isto é, nunca foi declarada inidônea ou impedida de licitar ou contratar com o Poder Público por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, tendo em vista os incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, artigo 12 da Lei Federal n. 8.429/92 e Portaria CGU n. 516/2010;
- j) é microempresa, empresa de pequeno porte ou microempresário individual beneficiário da Lei Federal n. 123/2006 (exigível apenas para MEs, EPPs e MEIs)
- k) não possui em seu quadro societário ou diretivo: -
 - k.1.) empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
 - k.2.) membro que integre esses quadros em outras sociedades contratadas pela prefeitura de Frutal para prestação de serviços de gerenciamento e fiscalização, ou outras cuja execução concomitante com a do objeto deste edital possa acarretar ofensa aos princípios que regem os atos administrativos;
- l) examinou Edital, Termo de Referência e demais anexos, não existindo nenhuma falha nos mesmos, concordando assim com estes documentos na sua íntegra;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

m) o Termo de Referência apresentado pela Prefeitura contém os dados necessários e suficientes à plena caracterização dos serviços e demais informações complementares.

n) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

o) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte, não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;

p) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 3.10 do edital;

q) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

r) o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);

7.25. Sendo o participante uma cooperativa, além das declarações do item anterior, deverá declarar que:

a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

b) atua em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

c) qualquer cooperado, com igual qualificação, é capaz de executar o objeto contratado;

d) o objeto deste chamamento está entre os constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

7.26. Na hipótese de não constar prazo de validade em eventuais certidões apresentadas, a Prefeitura Municipal de Frutal aceitará como válidas as expedidas até **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.27. Não serão aceitos protocolos de entrega em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

7.28. A comissão de contratação diligenciará efetuando consulta direta nos sites dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

7.29. Não se admitirá a inclusão de documentos ou informação que deveria constar originariamente, exceto se em atendimento a diligência da comissão de contratação, nos termos autorizados neste edital.

7.30. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.31. Verificada falha por parte do participante acerca da juntada, antes da sessão inaugural de chamamento, de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição preexistente, a comissão de contratação fica autorizada a realizar as diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.

7.32. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória a apresentação dos documentos indicados neste edital durante a fase de habilitação, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

7.32.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação e homologação do chamamento, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

7.32.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais [art. 90, § 5º da Lei 14.133/2021](#).

7.33. Os benefícios de que trata este item não serão aplicados quando o valor estimado do chamamento superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.34. Da sessão do Credenciamento será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes.

7.35. Toda documentação deverá ser anexada via sistema eletrônico (anexos da proposta), podendo selecionar a opção “marcar todos” para inserir a documentação de todos os lotes.

VIII - RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1. Declaradas as participantes credenciadas, inicia-se o prazo recursal de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata para interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observado o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

8.2. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do participante:

8.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

8.2.2. o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;

8.3. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais participantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

8.4. Os recursos e contrarrazões recursais deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico e devem estar devidamente assinados eletronicamente pelo representante legal com poderes para tanto no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil ou através de sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão promotor da participante.

8.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar vossa decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo sobre o ato ou decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.9. A ausência de manifestação imediata e motivada da participante importará:

a) na decadência do direito de recurso;

b) no encaminhamento do processo ao Sr. Prefeito Municipal para a homologação.

8.10. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, será homologado o procedimento e adjudicado o objeto aos credenciados pelo Sr. Prefeito Municipal.

8.11. Não serão aceitos recursos, questionamentos, pedidos de esclarecimentos, reclamações, impugnações ou qualquer outra espécie de contestação aos atos praticados neste chamamento feitos por telefone ou enviados por fac-símile ou através dos Correios.

IX – ENCERRAMENTO E CONTRATAÇÃO

9.1. Encerradas as fases de habilitação e de julgamento dos recursos administrativos, a comissão de contratação deverá elaborar um breve relatório contendo os fatos ocorridos no procedimento e a proposta de adoção de uma das condutas do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II- revogar o chamamento por motivo de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado;

II-A. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

III- proceder à anulação do chamamento, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

III-A. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133/21.

IV- adjudicar o objeto e homologar o chamamento.

9.2. O processo de chamamento, acompanhado do relatório de que trata o subitem 9.1, será encaminhado à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, a qual deverá adotar uma das condutas descritas no item anterior.

9.3. Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do chamamento quando o seu objeto possuir mais de um item ou lote.

9.4. Homologado o resultado do chamamento:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

a) o resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP;

b) os participantes credenciados terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, contados a partir da data da convocação, para assinarem o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.5. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

9.6. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital de credenciamento.

9.7. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 05 (cinco) dias úteis.

9.8. O prazo de que trata o item 9.7 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

9.9. O Contrato poderá ser assinado eletronicamente no padrão da infraestrutura de chaves públicas brasileira - ICP-Brasil ou através de sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão promotor da participante.

9.10. Serão formalizados tantos Contratos quantos forem necessários, com a indicação do participante credenciado, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.11. O Contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico da prefeitura de Frutal/MG.

9.12. Na hipótese do convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas lhe serão aplicadas as sanções previstas neste edital.

9.13. Assegurados o contraditório e a ampla defesa, a empresa credenciada terá seu Contrato cancelado quando:

a) descumprir as condições do Contrato;

b) recusar-se a assinar o Contrato, no prazo estabelecido neste edital, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) for suspensa de licitar e/ou impedida de contratar com o poder público, nos termos do inciso III do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21;

e) for impedida de licitar e contratar nos termos da Lei Federal nº 9.605/98;

f) for declarada inidônea pelo Poder Público e não reabilitada;

g) tiver sido proibida pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do art. 38, inciso II, da Lei nº 12.529/2011;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

h) Tiver sido suspensa temporariamente, impedida ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do art. 33, incisos IV e V, da Lei nº 12.527/2011;

i) Estiver proibida de participar do chamamento ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (art. 22 da Lei nº 12.846/2013);

j) Estiver proibida de contratar com o Poder Público em decorrência de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.14. Independentemente das previsões retroindicadas, a DETENTORA poderá solicitar o cancelamento de seu Contrato na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução do objeto licitado, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

9.15. Será realizado o descredenciamento quando houver:

- a) pedido formalizado do credenciado, no prazo de 30 dias;
- b) perda das condições de habilitação do credenciado;
- c) descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- d) sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

9.16. O pedido de descredenciamento de que trata o item 9.15. não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

9.17. Nas hipóteses previstas nos subitens 9.15-b e 9.15-c, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

9.18. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

9.19. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

9.20. Os credenciados contratados estarão obrigados a prestarem os serviços nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria ata/contrato.

9.21. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 meses.

9.22. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados e/ou prorrogados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

X – EXECUÇÃO E ORDEM DE CONTRATAÇÕES DOS CREDENCIADOS

10.1. Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidades entre os interessados, a partir da observância da secretaria de saúde, para a distribuição das demandas.

10.2. O credenciado do chamamento não poderá transferir, ceder ou mesmo associar, no todo ou em parte, a execução das obrigações consignadas em contrato, objeto do presente chamamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

10.3. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização do Município, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

10.4. A credenciada obriga-se a executar o objeto deste chamamento, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no Edital.

10.5. Correrão por conta das contratadas as despesas para efetivo atendimento ao objeto deste chamamento, tais como seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

10.6. A contratada responderá por quaisquer danos pessoais ou materiais causados, quando caracterizada a má fé, o dolo, a negligência, imprudência ou a imperícia profissional, durante a prestação dos serviços.

10.7. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do objeto deste chamamento, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

XI - INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. O participante será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas neste edital.

11.2. Comete infração administrativa o participante que, com dolo ou culpa:

11.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o chamamento ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o chamamento (art. 155, IV, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

11.2.2. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

11.2.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela prefeitura;

11.2.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o chamamento ou prestar declaração falsa durante a chamamento (art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

11.2.5. fraudar a chamamento (art. 155, IX, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

11.2.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (art. 155, X, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.2.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do chamamento (art. 155, XI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

11.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (art. 155, XII, da Lei Federal nº 14.133, 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

11.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos participantes e/ou credenciados as sanções previstas nos incisos II, III e IV do art. 156 da Lei Federal n. 14.133/21.

11.3.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

Sanção de multa compensatória

11.4. A multa compensatória será aplicada nos percentuais estabelecidos no Decreto Municipal nº 12.985, de 08 de março de 2024.

11.4.1. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente no prazo e condições fixados pelo Decreto Municipal nº 12.985, de 08 de março de 2024, contados de sua publicação nos Diários Oficiais, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da participante.

Sanção de impedimento de licitar e contratar

11.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município de Frutal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, obedecida a gradação definida no Decreto nº Decreto Municipal nº 12.985, de 08 de março de 2024.

Sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

11.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.4, 11.2.5, 11.2.6, 11.2.7 e 11.2.8, pelo prazo e condições definido no Decreto Municipal nº 12.985, de 08 de março de 2024.

11.6.1. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 11.6 deste Edital nas infrações administrativas previstas nos itens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

Aplicação e do Cômputo da Sanção

11.7. Os aspectos relacionados à aplicação da sanção, tais como a dosimetria, a cumulação, o cometimento de mais de uma infração em um mesmo chamamento ou relação contratual e a soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de licitações e contratos distintos, deverá observar o disposto no Decreto Municipal nº 12.985, de 08 de março de 2024.

11.8. A aplicação das sanções previstas neste edital pode se dar cumulativamente ou não à penalidade de multa e não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Processo Administrativo Sancionador

11.9. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Decreto Municipal nº 12.985, de 08 de março de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

XII- IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa poderá, até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do chamamento, impugnar edital de chamamento por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 12.985, de 08 de março de 2024, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

12.2. A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento deverão ser enviadas exclusivamente em campo próprio do Sistema LICITANET.

12.3. Compete à comissão de contratação receber, examinar e responder os pedidos de esclarecimentos e decidir as impugnações.

12.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do chamamento.

12.3.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela comissão de contratação nos autos do processo de chamamento.

12.4. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações vincularão os participantes e a Administração.

12.5. Na hipótese de alteração do instrumento convocatório em decorrência do acolhimento da impugnação ou do esclarecimento feito, aplica-se o disposto no §1º do art. 55 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

XIII - RECURSOS FINANCEIROS

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação e do respectivo contrato correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente, constantes da seguinte dotação orçamentária:

Ficha: 676- 02.21..10.302.0008.2075.3.3.90.39 – **Fonte:** 2.621.000

XIV – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Todas as referências de tempo estabelecidas no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

14.2. Toda documentação exigida para o chamamento deverá ser anexada no sistema eletrônico e/ou apresentado em formato legível.

14.2.1. É permitida a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, cujos documentos serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

14.2.2. Ao participar do presente chamamento, os participantes assumem integralmente a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações prestadas, respondendo, na forma da lei, por qualquer irregularidade constatada.

14.2.3. Caso a comissão de contratação julgue necessário, a autenticidade dos documentos apresentados por meio do sistema eletrônico poderá ser verificada:

I - mediante apresentação de original perante a comissão de contratação ou os servidores



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

que compõem a sua equipe de apoio;

II – por meio de autenticação por cartório competente;

III – por meio de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

IV – perante publicação em Diário Oficial e/ou documento disponível na Internet, no site oficial do órgão emissor.

14.2.4. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em <https://frutal.publicabrasil.net/>.

14.3. As declarações da empresa participante solicitadas no edital deverão ser assinadas e identificadas (nome completo, RG e CPF) pelo representante legal ou pelo procurador por ele constituído, conforme Cadastro Central de Fornecedores do Município de Frutal, não havendo a necessidade de autenticação do documento.

14.3.1. No caso de documentação assinada por procurador que não conste no Cadastro Central de Fornecedores do Município de Frutal - CCF, a comissão de contratação solicitará na sessão o envio da procuração outorgada pelo representante legal da participante, devidamente autenticado por cartório competente, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

14.4. As normas disciplinadoras do chamamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.5. Os participantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, deverão ser observadas as regras previstas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.8. As informações inerentes a este pregão poderão ser obtidas, pelos interessados, no Departamento de Chamamento, localizado na Praça Dr. França – 100 – centro – Frutal/MG, ou pelo telefone n. (34) 3423-2800 em dias úteis no horário normal de expediente, ou pelo e-mail: licitacao@frutal.mg.gov.br.

14.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos: licitacao@frutal.mg.gov.br, www.licitanet.com.br, <https://www.frutal.mg.gov.br>.

14.9.1. A cópia do Edital e seus Anexos poderão ser retiradas junto ao Departamento de Chamamento Municipal, mediante apresentação do recolhimento da taxa de reprodução proporcional ao número de cópias.

14.10. Fica eleito o foro da cidade de Frutal/MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes deste chamamento e que não possam ser dirimidas administrativamente.

14.11. Integram o presente edital, independentemente de qualquer transcrição, os anexos:

14.11.1. ANEXO I – ETP (Estudo Técnico Preliminar);

14.11.2. ANEXO II – Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTAL

14.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta;

14.11.4. ANEXO IV – Minuta de Contrato;

14.11.5. ANEXO V - Modelo de Declarações Diversas.

14.12. O presente edital terá o prazo de vigência de 60 dias, a contar de sua publicação no PNCP.

Frutal/MG, 08 de maio de 2025.

Marciel de Paula Souza
Agente de Contratação

Luciano Paula dos Santos Kelvis Renato Silva Cruz Carlos Eduardo de Oliveira Ares Junior
(Comissão de Contratação)